

A BURGUESIA GAÚCHA: DOMINAÇÃO DO CAPITAL E DISCIPLINA DO TRABALHO (RS: 1889-1930)

*André L. Contri**

A historiografia brasileira tende a reduzir a análise do processo de industrialização nacional ao eixo Rio—São Paulo. São representantes dessa tendência João M. C. de Mello, Sérgio Silva e Flávio Versiani, entre outros. O livro **A Burguesia Gaúcha: Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho (RS: 1889-1930)**¹, primeira parte da tese de doutorado defendida por Sandra J. Pesavento, na Universidade de São Paulo, tem como peculiaridade exatamente o fato de a autora não direcionar sua análise para o “centro econômico do País”. Ao ter como objeto de estudo um dos estados componentes daquilo que ficou conhecido na literatura econômica como a “periferia” do sistema, a autora pretende ir de encontro àquela tendência sem, contudo, cair no erro de considerar o Rio Grande do Sul isolado da realidade brasileira.

Partindo de um referencial teórico gramsciano, Pesavento propõe como objeto de análise, a forma pela qual a burguesia industrial gaúcha se afirmou enquanto classe, dentro do contexto agropastoril que caracterizava a economia rio-grandense durante a República Velha.

Nesse sentido, são quatro os pressupostos de que parte a autora, a saber: a) no processo de industrialização, o País não reproduziu o padrão europeu, e o empresarial constituiu-se no “agente portador de uma nova ordem”, mas não no seu introdutor; b) as frações agrária e industrial da burguesia mantinham relações de complementaridade e conflito; c) ao buscar a viabilização de seus interesses, a burguesia industrial amadurece enquanto classe, num processo que se realiza por etapas não rigidamente sequenciais; d) a dominação burguesa constrói-se em vários níveis, não se esgotando na instância econômica ou na instância política.

De posse desse manancial teórico, a autora parte para a sua operacionalização dentro do contexto rio-grandense daquele período.

* Aluno do curso de graduação em Economia pela UFRGS.

¹ PESAVENTO, Sandra J. (1988). **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

Dado que a construção da hegemonia do empresariado estabelece suas bases na dominação do capital sobre o trabalho, Sandra Pesavento analisa, inicialmente, como essa relação se dava dentro dos “muros da fábrica”, onde essa fração da burguesia “se define como ‘classe em si’, como personificação do capital e beneficiário da produção de mais-valia” (p. 20) a fim de, em seguida, examinar como essa dominação se estende para o restante da sociedade. Por fim, a autora aborda a visão e atuação da burguesia no que ficou conhecido como “questão social”.

Após discutir as consequências econômicas e sociais do processo de industrialização e da introdução de tecnologia, Pesavento expõe como a ação do empresariado gaúcho era guiada pelos princípios tayloristas e fordistas. Tal consciência trouxe consigo a implementação de processos mais racionais e técnicos de produzir que, por sua vez, pressupunham a divisão do trabalho. Concomitante ao aumento da produtividade, esses processos implicaram problemas de adaptação dos operários, demora na instalação de novos equipamentos e carência de pessoal técnico. Dessa forma, a industrialização exigiu a formação de uma mão-de-obra especializada, permitindo, ao mesmo tempo, a incorporação de operários desprovidos de saber técnico e sujeitos a uma baixa remuneração. Os trabalhadores estavam ainda submetidos à rígida disciplina, sendo salientadas, por parte dos empresários, “as qualidades da perseverança, dedicação ao trabalho, da obediência aos superiores” (p. 40). Simultaneamente a essas formas de dominação, a remuneração da força de trabalho assumiu várias modalidades, como, por exemplo, “remuneração por peças”, “bonificação” e “empreitadas”. A finalidade era de estimular a mão-de-obra, de forma a obter um aumento na produtividade.

Estendendo a análise para fora da fábrica, os aspectos filantrópicos do capitalismo (escolas, assistência social, lazer e habitação) são apresentados como “disfarces da dominação”. As escolas, desde o ensino primário até as “Escolas de Ofício”, cumpriam um papel de formação de mão-de-obra especializada, bem como de “domesticação” do operário. A assistência social, via organização de armazéns e cooperativas de consumo, possibilitava uma baixa remuneração da força de trabalho, uma vez que diminuía seu custo de reprodução e, ao mesmo tempo, permitia a estruturação de um amplo mercado ofertante de mão-de-obra. Assim, esses planos criavam as condições necessárias a uma maior acumulação, garantindo também um controle sobre o potencial de conflito entre capital e trabalho. Uma terceira forma de dominação exterior aos “muros da fábrica” foi a construção de conjuntos habitacionais na proximidade das empresas. Essa prática fazia retornar ao capital, através do aluguel, parte do salário pago ao empregado, assim como permitia que fossem ampliados o controle e a vigilância sobre o trabalho, extrapolando os limites da fábrica. O objetivo era o de “invadir todas as instâncias da vida do trabalhador, reordenando-a, disciplinando-a conforme os interesses da fábrica, refreando instintos e impondo padrões de conduta adequados” (p. 71).

A conquista de um espaço no “aparato de hegemonia” por parte da burguesia industrial, apesar de estabelecer suas bases na relação capital/trabalho, não podia limitar-se ao reduto fabril. Nesse sentido, o estudo, no segundo capítulo, dirige-se à atuação da burguesia a nível político no intuito de realizar seus interesses específi-

cos. Surge, então, como principal instrumento na consecução desses objetivos, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

O PRR permaneceu no poder durante toda a República Velha. A explicação de tal fato deve ser buscada em elementos que vão desde a aliança de classes que o compôs até as condições que o tornaram “historicamente necessário” no sentido gramsciano, incluindo o aspecto ideológico. Fundado ainda no período monárquico, num momento de transição de uma forma escravista de produção para um regime de assalariamento, o PRR conseguiu aglutinar em torno de um projeto regional de desenvolvimento profissionais liberais egressos das faculdades do centro do País, novas camadas médias urbanas, banqueiros, industriais, comerciantes e pequenos proprietários rurais, estabelecendo, ainda, ligação com o exército. A ideologia positivista, embasada no binômio “ordem e progresso”, pela concepção de que a divisão capital/trabalho fazia parte de uma ordem natural e, ainda, pressupondo uma divisão entre teoria e prática — fato que estabelece a compreensão de que “os teóricos comandam e os demais se submetem” — e os elementos acima citados permitiram ao PRR estabelecer a sua hegemonia. A preocupação da autora, ao analisar a ideologia positivista, é a de expor a forma como ela foi utilizada na organização da sociedade e na dominação do capital sobre o trabalho.

No terceiro capítulo, a autora passa a examinar a “questão social”, entendida esta como os problemas que se colocam com o surgimento da classe operária. O capítulo é bastante amplo, dado que essa questão se constituiu num pilar que permitiu a “compatibilização entre as frações burguesas” no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, são abordadas a visão de empresários e a do Governo a respeito do trabalho; a repressão e a negociação no conflito de classes; a posição dos empresários e políticos gaúchos sobre a regulamentação do trabalho; e, por fim, a formação das organizações classistas exteriores ao aparato estatal.

O positivismo, como já foi visto, consistiu na ideologia que impregnava a consciência republicana. Assim, a “questão social” implicava incorporar o proletariado à sociedade via “educação normal e regular”, já que, para os positivistas, havia uma complementaridade entre capital e trabalho. Apesar das divergências entre “demetristas” e “castilhistas” (os primeiros tendo seu respaldo entre os trabalhadores e pequenos industriais, e os segundos representando os interesses do capital, a posição oficial do PRR foi a de não-intervenção do Estado no mercado de trabalho. Tal posição também foi assumida pelos empresários que apregoavam uma “ordem natural da sociedade”. Nessa idéia de harmonia social, as discordâncias entre capital e trabalho eram frutos do egoísmo e do orgulho, supondo-se que a união entre esses dois fatores levaria ao “progresso universal”.

Contudo, com o crescimento das cidades e o conseqüente aumento da concentração operária, a “questão social” assumia importância cada vez maior. O conflito de classes passava a se acirrar, tendo como resultado a criação, em 1906, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Em conseqüência, muitas vezes fez-se necessária a intervenção do Estado não só na repressão, mas também na prevenção dos conflitos. Com relação a este último objetivo, o Estado, através de incentivos fiscais, passou a atuar em várias frentes, quais sejam: ensino, habitação, trans-

porte e saneamento. Cabe lembrar que os melhoramentos urbanos se encaixavam plenamente nos princípios positivistas.

Essa conjuntura coincidiu com um debate nacional a respeito da regulamentação do trabalho. Nesse debate, os gaúchos assumiram uma posição diferenciada em relação ao restante do País, já que tanto a FORGS como os empresários defendiam a privatização das relações entre o capital e o trabalho. Tal posição do empresariado gaúcho contribuiu para que houvesse uma complementaridade entre as frações da classe burguesa. Implicou, também, o adiamento da criação de um órgão específico dos industriais. A atuação da bancada gaúcha no Congresso, influenciada pela orientação positivista — assunto bastante enfatizado pela autora —, consistiu sempre em retardar ou impedir a discussão em torno do problema central (relação capital/trabalho), desviando-o para questões secundárias. Cabe destacar, ainda, que tal posição seria revista mais tarde, devido ao “projeto nacional” que teria a burguesia gaúcha e que culminou com a Revolução de 30.

A partir do momento em que o PRR abandonou o princípio da não-intervenção do Estado no conflito de classes, o empresariado gaúcho foi buscar na organização de um órgão classista o espaço para enfrentar a “questão social”. Surge, então, em 1930, o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (CINFA). “A questão nodal desta trajetória no sentido da organização classista foi, sem dúvida, o acirramento da questão social e os novos rumos que estava tomando a legislação trabalhista” (p. 262).

Enfim, utilizando-se de fontes que não deixam margem a dúvidas — entre as quais, revista e jornais dedicados à divulgação da ideologia burguesa —, Pesavento consegue estabelecer a ligação de estruturas teóricas à realidade. O trabalho ganha maior relevância por aprofundar a análise do processo de industrialização, abordando aspectos fundamentais e muitas vezes esquecidos: a análise dos conflitos de classes, bem como a atuação política da burguesia para a concretização de seus projetos.